



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0261077-7/02

EMBARGANTE: José Carlos da Silva

Advogada: Dra. Telma Carvalho Alves de Souza

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Jayme Asfora Filho

Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA NÃO INTERFERE NA VIOLAÇÃO A NORMAS DISCIPLINARES. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - No caso *sub examine*, não vislumbro qualquer omissão a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se incólume pelos seus próprios fundamentos. Isso porque, a alegação de que o servidor público agiu em legítima defesa não elimina a infração disciplinar consistente em levar para o desfile do Galo da Madrugada, uma pistola semiautomática ponto quarenta. Tal situação, conforme consta, deverá dar ensejo a sua exclusão das fileiras da Corporação Militar.

2 - Embargos declaratórios improvidos.

3 - Decisão unânime

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração em Embargos de Declaração nº 0261077-7/02, em que figura como embargante José Carlos da Silva e como embargado Estado de Pernambuco. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 21 / 03 / 12, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, negando-lhes provimento, tudo na

02

83
8

conformidade do voto e demais termos que integram o presente julgado.

Recife, 21/03/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0261077-7/02

EMBARGANTE: José Carlos da Silva

Advogada: Dra. Telma Carvalho Alves de Souza

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Jayme Asfora Filho

Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de novos embargos de declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos dos embargos de declaração que, sob a ótica do embargante, incorreu em omissão, ao negar provimento aos aclaratórios, mantendo-se incólume a decisão então recorrida.

O recorrente opôs os presentes aclaratórios, alegando – resumidamente – em suas razões, que o acórdão embargado incorreu em omissão, uma vez que a decisão embargada não apresentou as obrigatórias razões que levaram àquele convencimento, decidindo contrariamente a toda comissão processante disciplinar, que concluiu pela permanência do indiciado, pois considerou o seu ato em legítima defesa.

Requer, ao final, o embargante, que sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão, prequestionar a matéria apresentada(art. 5º, inc. LV, da CF/1988) e operar efeitos infringentes.

É o relatório.

Recife, 21/03/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0261077-7/02

EMBARGANTE: José Carlos da Silva

Advogada: Dra. Telma Carvalho Alves de Souza

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Jayme Asfora Filho

Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do embargante reside contra acórdão lavrado nos autos dos embargos de declaração que, sob a sua ótica, incorreu em omissão, ao negar provimento aos aclaratórios, mantendo-se incólume a decisão então recorrida.

É sabido que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver na decisão embargada, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No caso *sub examine*, não vislumbro qualquer omissão a macular a decisão embargada, devendo, portanto, manter-se incólume pelos seus próprios fundamentos. Isso porque, a alegação de que o servidor público agiu em legítima defesa não elimina a infração disciplinar consistente em levar para o desfile do Galo da Madrugada, uma pistola semiautomática ponto quarenta. Tal situação, conforme consta, deverá dar ensejo a sua exclusão das fileiras da Corporação Militar.

O descontentamento da parte com o julgado não tem por finalidade tornar cabíveis os embargos de declaração, visando

modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto que fora embargado, contudo, de maneira contrária à parte, ora embargante que de forma reiterada, trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o propósito de rediscutir matéria já decidida.

Em face do exposto, conheço dos presentes aclaratórios, apenas para prequestionar a matéria versada nos autos (art. 5º, inc. LV, da CF/1988), porém, nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 21/03/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
relator